

Exame Final Nacional de História A

Prova 623 | 1.ª Fase | Ensino Secundário | 2017

12.º Ano de Escolaridade

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho

Duração da Prova: 120 minutos. | Tolerância: 30 minutos.

11 Páginas

VERSÃO 1

Indique de forma legível a versão da prova.

Utilize apenas caneta ou esferográfica de tinta azul ou preta.

Não é permitido o uso de corretor. Risque aquilo que pretende que não seja classificado.

Para cada resposta, identifique o grupo e o item.

Apresente as suas respostas de forma legível.

Apresente apenas uma resposta para cada item.

As citações dos itens encontram-se no final do enunciado da prova.

Nas respostas aos itens de escolha múltipla, selecione a opção correta. Escreva, na folha de respostas, o grupo, o número do item e a letra que identifica a opção escolhida.

Nas respostas aos itens que envolvem a produção de um texto, deve ter em conta os conteúdos e a sua organização, a utilização da terminologia específica da disciplina, a integração da informação contida nos documentos e a eficácia da comunicação em língua portuguesa.

Nos termos da lei em vigor, as provas de avaliação externa são obras protegidas pelo Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos. A sua divulgação não suprime os direitos previstos na lei. Assim, é proibida a utilização destas provas, além do determinado na lei ou do permitido pelo IAVE, I.P., sendo expressamente vedada a sua exploração comercial.

GRUPO I

CULTURA E ARTE NO IMPÉRIO ROMANO

Documento 1

Integração da Grécia no Império Romano (século II a.C.), segundo Tito Lívio*

O cônsul Emílio Paulo** [...] enviou o filho, Quinto Máximo, regressado de Roma, para saquear as cidades de Egínio e de Agasas. [...] Mandou também saquear a cidade dos énios, que tinha oferecido maior resistência aos romanos do que as cidades vizinhas. Aproximando-se o outono, o cônsul decidiu [...] fazer uma viagem pela Grécia e visitar lugares que a fama engrandeceu [...]. Atravessou a Tessália e dirigiu-se a Delfos, onde se consultava o famoso oráculo. [...] Dali dirigiu-se a Atenas. Esta cidade é famosa pelas suas glórias antigas e pelas suas magníficas construções: a Acrópole, os portos, as muralhas que ligavam a cidade ao Pireu, os estaleiros navais, monumentos de grandes generais, esplêndidas estátuas de deuses e de homens, magnificamente esculpidas em todo o tipo de materiais e em todos os estilos artísticos.

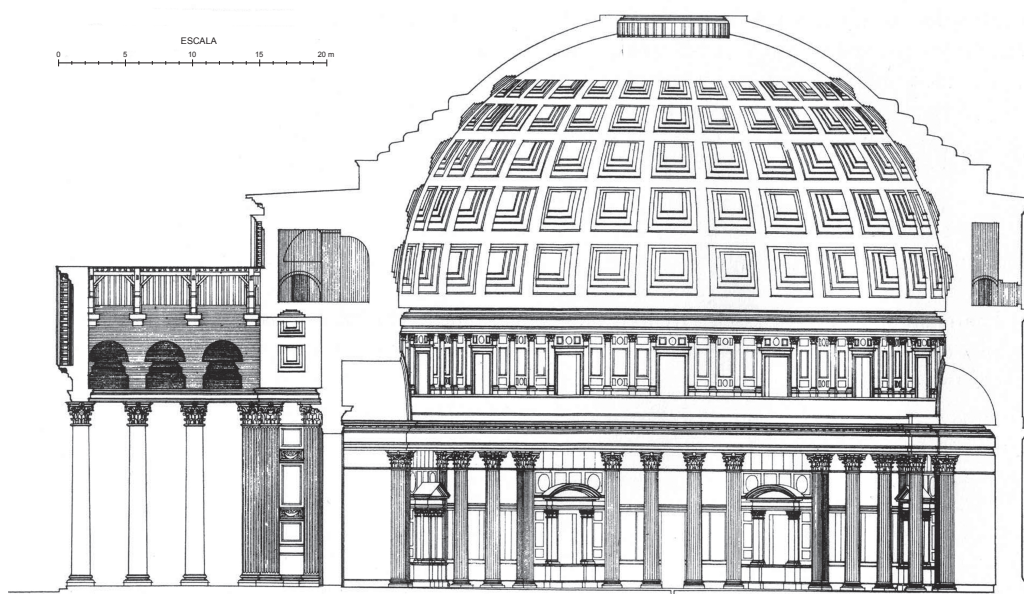
Após ter feito sacrifício à deusa Minerva (ou seja, Palas Atena) e ter pedido aos atenienses que lhe dessem o seu filósofo mais notável para educar os seus filhos e um pintor talentoso para decorar o seu triunfo, [...] partiu para Corinto. Daí marchou para a Lacedemónia, inesquecível não pela grandiosidade dos seus edifícios, mas pela sua disciplina e pelas suas instituições. Dirigiu-se a Olímpia, onde ficou profundamente impressionado ao contemplar a estátua de Júpiter, como se o próprio deus ali estivesse, e deu ordens para se fazer um sacrifício mais sumptuoso que o habitual, como os sacrifícios que se realizam no Capitólio [em Roma].

* Historiador romano (c. 64 a.C. – 17 d.C.).

** General e cônsul romano que derrotou Perseu, rei da Macedónia, em 168 a.C.

Documento 2

Panteão de Roma (século II) – corte longitudinal



1. A matriz cultural do mundo romano, influenciada pela conquista da Grécia (documento 1), refletiu
- (A) o contacto com a religião grega, que se tornou a única religião permitida no Império.
 - (B) a valorização da língua grega, que se tornou a única língua oficial do Império.
 - (C) o conhecimento e a adoção das várias instituições políticas da pólis ateniense.
 - (D) a admiração pelos valores estéticos da cultura grega e a sua assimilação.
2. No contexto do urbanismo romano, o Panteão de Roma (documento 2) era
- (A) uma basílica que acolhia as sessões do Senado e dos Comícios.
 - (B) um templo dedicado à devoção a todos os deuses romanos.
 - (C) um anfiteatro destinado aos combates entre os gladiadores.
 - (D) uma *domus* luxuosa que servia de residência à família imperial.
3. A originalidade da arquitetura romana está evidenciada no documento 2, através do recurso a
- (A) uma estética orientalizante, com edifícios assimétricos, grande volumetria e decoração excessiva.
 - (B) uma estética simples, com edifícios de sistema trilítico, colunas de capitel dórico e frontão triangular.
 - (C) elementos e materiais construtivos como os arcos ogivais, a abóbada cruzada e os vitrais coloridos.
 - (D) elementos e materiais construtivos como os arcos de volta perfeita, a cobertura em cúpula e o cimento.
4. Na sua obra, o historiador Tito Lívio (documento 1) demonstra o carácter pragmático da historiografia romana, cujo objetivo era
- (A) narrar as conquistas de Roma, respeitando com imparcialidade a visão dos povos vencidos.
 - (B) enaltecer a religião romana e justificar a intolerância religiosa para com os diferentes cultos do Império.
 - (C) glorificar os feitos militares romanos e legitimar o domínio de Roma sobre os povos conquistados.
 - (D) consolidar a administração imperial, compilando as normas jurídicas que regem a vida pública.

Identificação das fontes

Doc. 1 – Tito Lívio, *Ab Urbe Condita*, Livro XLV, século I a.C. – século I d.C., in <http://historiayverdad.org/Roma/Historia-de-roma-desde-su-fundacion-tito-livio-xxxi-xlv.pdf> (consultado em 29/11/2016) (adaptado)

Doc. 2 – www.arch.mcgill.ca/prof/sijpkcs/abc-structures-2005/Lectures-2005/lecture-7/pantheon-3_files/pantheon-section.jpg (consultado em 29/11/2016) (adaptado)

GRUPO II

A POLÍTICA POMBALINA NO CONTEXTO DO ANTIGO REGIME EM PORTUGAL

Reflexões do Marquês de Pombal na ocasião da inauguração da estátua equestre do rei D. José (06/06/1775)

Nos dias seguintes à inauguração da estátua régia, ficou claro que Sua Majestade tem dissipado as trevas e reparado as ruínas em que achou os seus reinos e tem feito aparecer outra vez, e até exceder, o século feliz dos reis D. Manuel e D. João III [...].

5 Tudo quanto se tem visto nas ruas, nas praças e nas janelas de Lisboa são produtos das manufaturas das lojas dos mercadores nacionais e dos trabalhos de artífices portugueses [...]; quem isto observa compreende o grande número de milhões que em si contém o comércio interno. [...] E considerando também os muitos milhões que têm entrado em Portugal [...], vim a concluir que Sua Majestade tem feito o seu comércio externo mais feliz e opulento [...].

10 A opulência dos vassallos [comprova-se] com os muitos milhões que valem os edifícios públicos e particulares de Lisboa, levantados sobre as ruínas do terramoto [...].

O desprezo a que os estrangeiros votavam o nosso comércio interno e externo também acabou, porque, depois de terem visto que em nenhuma outra nação da Europa se ensinou até agora o comércio numa escola magnífica, de que saem trezentos negociantes peritos e hábeis no fim de cada triénio, viram agora os progressos que a referida Aula do Comércio tem feito no

15 corpo mercantil, que encheu de brilho a praça real do comércio e as ruas de Lisboa. [...]

E todos aqueles estrangeiros [...] viram os diferentes estados e ordens de porte superior na mais perfeita harmonia [...] e o povo miúdo em confusão e aperto, na praça real do comércio, com a mesma tranquilidade [...].

20 E a profusão de joias, baixelas, vestidos, carruagens, mesas e desembolsos de moeda corrente, que marcaram estes festejos magníficos, também fizeram os mesmos estrangeiros confessar publicamente que nunca haviam entendido que Portugal, em tão poucos anos, tivesse acumulado tantas riquezas. [...]

Em todo o Portugal e seus domínios não soam outras razões que não sejam as que vêm de Sua Majestade, ouvidas por todos com reverência, por acharem que o mesmo senhor só

25 determina o que é mais útil aos seus vassallos e que a todos ama e ampara como a filhos [...]. Reconheço que, para a prosperidade do reino que estas observações manifestam, não tive merecimento algum, mas sim a fortuna de Sua Majestade haver confiado na minha fidelidade para a execução das suas iluminadas ordens.

Identificação da fonte

Marquês de Pombal, «Observações secretíssimas, na ocasião da inauguração da Estátua Equestre, no dia 6 de junho de 1775, e entregues por ele mesmo outo dias depois ao senhor rei D. José I», in *Cartas e outras obras selectas*, Tomo I, Lisboa, Tipografia de Costa Sanches, 1861 (5.ª ed.), pp. 12-24 in [babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.\\$b545305;view=1up;seq=46](http://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.$b545305;view=1up;seq=46) (consultado em 07/12/2016) (adaptado)

1. A afirmação de que «Em todo o Portugal e seus domínios não soam outras razões que não sejam as que vêm de Sua Majestade» (linhas 23-24) é própria de um sistema político que se caracterizava
 - (A) pela origem divina do poder real, confirmado através do voto universal dos súbditos.
 - (B) pelo carácter paternalista do poder régio, condicionado no seu exercício pela nobreza.
 - (C) pela concentração de todo o poder na pessoa do rei, aconselhado pelos seus ministros.
 - (D) pelo exclusivo régio na tomada de decisões, apoiadas na reunião frequente das Cortes.
2. Refira, a partir do documento, três características da sociedade portuguesa do Antigo Regime.
3. Explicite três opções da política económica do Marquês de Pombal refletidas no documento.

GRUPO III

PORTUGAL: DA FALÊNCIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA À AFIRMAÇÃO DO ESTADO NOVO

Documento 1

O plebiscito constitucional, no contexto da implantação do Estado Novo – posição do manifesto *Cidadão!* (1933)

Impõe-se a todos os portugueses o dever de se pronunciarem sobre este dilema: ou se continua no caminho traçado pela ação de Oliveira Salazar ou se deixa aberta a porta por onde a Nação regressaria a um passado de balbúrdia sanguinolenta, de miséria económica, de desprestígio internacional.

Cidadão, a ideia e o amor da Pátria e da unidade nacional, abraçando o culto da soberania nacional exercida por um Estado forte que te proteja, impõem-te o dever de votar a nova Constituição. [...]

O Estado e o governo não serão mais, como foram até 1926, instrumentos da política partidária; perante o Estado, os cidadãos portugueses não serão mais considerados diferentemente conforme pertençam à seita que apoia ou hostiliza o governo. Não! Serão considerados como chefes de família e como produtores, igualmente respeitáveis nos seus direitos e igualmente obrigados a contribuir para a conservação e o progresso do património nacional. [...]

E como a estabilidade dos governos não ficará à mercê de uma manobra parlamentar, [...] a atividade parlamentar cingir-se-á ao estudo dos problemas nacionais [...].

Para que o governo seja o árbitro, e não o escravo, [...] só será responsável perante o chefe de Estado, legítimo e direto representante do Povo, pois é eleito por ele em sufrágio direto e universal.

A nova Constituição, restituindo à função governativa a sua independência [...], consagra e mantém os métodos de administração que durante o regime ditatorial tornaram possível a obra indiscutível que restituiu a todos os portugueses o orgulho de o serem.

Documento 2

O plebiscito constitucional, no contexto da implantação do Estado Novo – posição de Bernardino Machado* (1933)

O direito de votar é o direito de votar conscientemente. Por isso, a liberdade de sufrágio envolve a liberdade de discussão, de propaganda. O veredito geral do eleitorado deve traduzir a vontade da opinião pública. Mas a ditadura convocou um plebiscito para a votação de uma nova Constituição, tendo retirado aos eleitores o direito de discutirem e a liberdade de voto. A nova Constituição é um dogma. [...] Todos têm de a aprovar, inclusivamente os que não votarem. E esses serão quase todos [...]. Far-se-á o plebiscito das abstenções.

[...] Quem, pois, dignamente, sem a consciência formada, esclarecida, participará no plebiscito? E para quê? [...] Ninguém terá a garantia de fiscalizar o processo eleitoral. O medo da discussão anunciava a fraude eleitoral. [...] Que há de ser senão a Constituição da autoridade sem a liberdade? E o ministro do Interior acaba de o frisar, declarando que se trata de passar da ditadura de facto para a ditadura de direito.

Visa-se perpetuar com o simulacro de plebiscito o arbítrio ditatorial. Todos os artigos do projeto se resumem efetivamente a dois: suprimir toda a liberdade, e portanto a soberania nacional, e elevar à prepotência governativa um chefe de Estado. É o regresso ao passado absolutista e ao pior dos absolutismos. [...]

Desde a hora em que usurpou o poder, não há perseguição que a ditadura não tenha movido contra os democratas. [...] Eis o monstruoso cadastro com que a ditadura tem a arrogância de apresentar-se ao plebiscito: violência política, ruína económica e fanatismo religioso.

* Presidente da República em dois mandatos, destituído em ambos por golpes de Estado (1917 e 1926).

1. Na ótica dos autores do documento 1, o «passado de balbúrdia sanguinolenta, de miséria económica, de desprestígio internacional» (primeiro parágrafo) refere-se ao período

(A) da Monarquia Absoluta.
(B) da Primeira República.
(C) do Estado Novo.
(D) da Ditadura Militar.
2. Compare as duas perspetivas político-ideológicas no âmbito do plebiscito da Constituição de 1933, expressas nos documentos 1 e 2, quanto a três aspetos em que se opõem.
3. Refira, a partir do documento 2, três medidas que evidenciavam o carácter repressivo do regime salazarista.
4. Associe cada uma das notas biográficas relativas à emergência de opções autoritárias, presentes na coluna **A**, à respetiva personalidade, de entre as que constam da coluna **B**.

Escreva, na folha de respostas, apenas cada letra e o único número que lhe corresponde.

COLUNA A	COLUNA B
(a) Presidente do Conselho a partir de 1932, a convite do Presidente da República de então, acumulou a pasta das Finanças que ocupava desde 1928. (b) Presidente da República após o golpe militar que liderou em 1917, suspendeu a Constituição e instaurou a «República Nova». (c) Chefe do Governo da ditadura militar, foi Presidente da República, após o afastamento dos militares que lideraram o golpe de 28 de Maio de 1926.	(1) Óscar Carmona (2) Marcelo Caetano (3) Sidónio Pais (4) Oliveira Salazar (5) Mendes Cabeçadas

Identificação das fontes

Doc. 1 – <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04701.012.002> (consultado em 15/12/2016) (adaptado)

Doc. 2 – http://manuel-bernardinomachado.blogspot.pt/2013_12_01_archive.html (consultado em 20/12/2016) (adaptado)

GRUPO IV

A EUROPA E OS PAÍSES DA ÁSIA-PACÍFICO DO SEGUNDO PÓS-GUERRA À VIRAGEM PARA O SÉCULO XXI

Documento 1

Desafios do Reino Unido e do mundo – discurso do primeiro-ministro britânico, Anthony Eden* (1955)

A nossa primeira tarefa é lutar contra os problemas económicos. Estes são muito sérios, mas já o foram mais. [...] Neste âmbito, acabei de receber os dados provisórios de setembro relativos ao comércio, e os resultados são encorajadores. [...] É igualmente importante aumentar a eficiência da nossa produção. [...] A indústria britânica tem desenvolvido um trabalho notável, e trabalhadores e empresários são dignos do nosso apreço pelo aumento de produção que alcançaram. [...]

No que diz respeito às questões da paz no mundo, as tensões internacionais na Europa e no Extremo Oriente são menos acentuadas neste momento [...]. No entanto, isso não significa que as grandes potências mundiais tenham alterado os seus objetivos [...].

Quanto à unidade da Europa ocidental, que se aprofundou e se materializou em comércio e em tratados, é a expressão de uma realidade política. [...]

O nosso primeiro objetivo deverá ser o de reduzirmos a tensão [...]. Em minha opinião, a segurança europeia não poderá nunca basear-se na divisão da Alemanha por tempo indefinido. [...]

No nosso país, vivemos hoje um período de transição, empolgante, mas difícil. É verdade que a empregabilidade nunca foi tão elevada e que a prosperidade nunca foi tão generalizada. [...] Mas o mundo moderno é altamente competitivo [...]. Por isso, quaisquer que sejam as dificuldades, não haverá cortes de despesa na área do nuclear ou na formação da mão de obra científica especializada. [...]

Terão também reparado que não utilizei as palavras «socialismo» ou «nacionalização». Como sabem, julgo que elas estão ultrapassadas. [...]

Para engrandecermos o nosso país, precisaremos de mobilizar as qualidades do nosso povo.

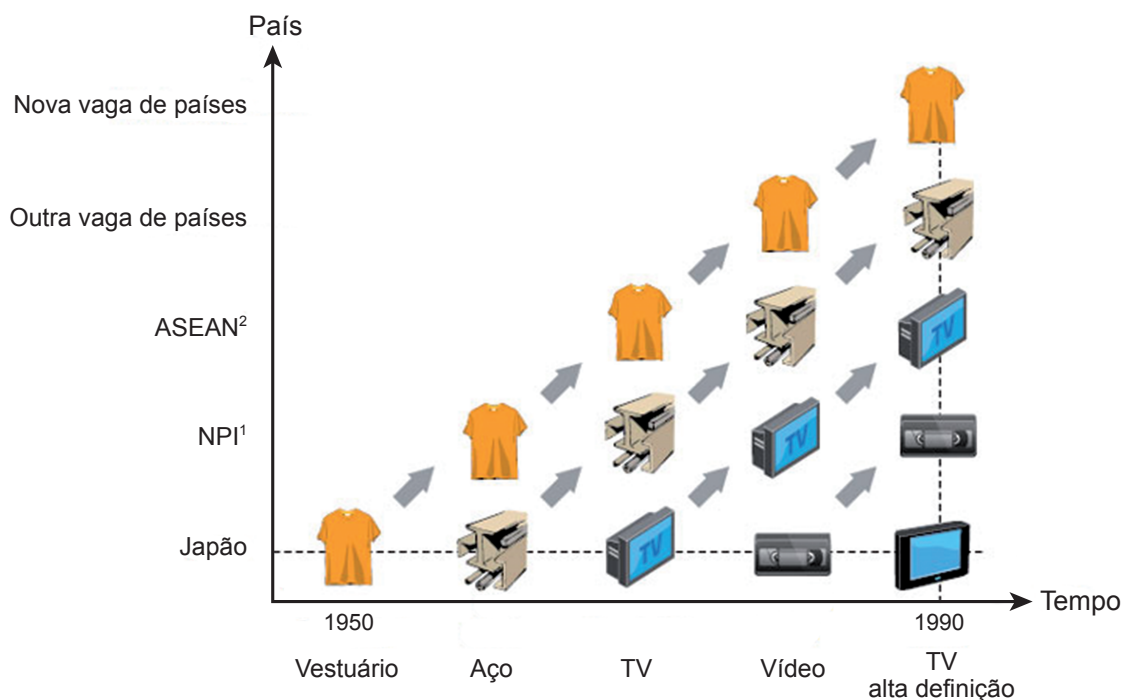
* Político do Partido Conservador, foi primeiro-ministro de 1955 a 1957.

Documento 2

Evolução dos grandes polos económicos – valor das mercadorias exportadas por alguns países (1960-2000) (em dólares correntes)

Ano	1960	1970	1980	1990	2000
País					
França	6 866 430 000	18 098 600 000	116 030 000 000	216 588 000 000	327 610 932 147
R. P. China	2 571 280 000	2 307 250 000	18 099 000 000	62 091 000 000	249 203 000 000
Singapura	1 135 820 000	1 553 630 000	19 376 000 000	52 730 000 000	137 804 000 000
Tailândia	411 000 000	710 192 000	6 505 000 000	23 068 000 000	69 057 000 000

Modelo de evolução das economias asiáticas* (décadas de 1950 a 1990)



¹ NPI: Novos Países Industrializados – Hong Kong, Singapura, Coreia do Sul e Taiwan.

² ASEAN: Associação de Nações do Sudeste Asiático – Tailândia, Malásia, Indonésia e Filipinas.

* Modelo de Kaname Akamatsu (economista e professor universitário japonês) apresentado por Saburo Okita (economista japonês e ministro dos Negócios Estrangeiros) na 4ª conferência do Conselho da Cooperação Económica do Pacífico, em Seul, 1985.

Documento 4

O legado do milagre económico de Deng Xiaoping – jornal The Telegraph (21/08/2014)

A primeira recordação de Rachel Huang sobre a sua terra natal são as ervas daninhas: «Tinha 5 anos e estava a sair pelas traseiras da estação de comboios. Havia ervas daninhas por todo o lado e eram mais altas do que eu».

Hoje, três décadas mais tarde, no mesmo local há uma fervilhante rede de estradas, torres de apartamentos e arranha-céus de vidro, perdendo-se no horizonte.

Há atualmente, na China, muitas cidades assim. Mas esta é Shenzhen, que simboliza, de forma impressionante, a transformação do país no último quarto de século [...], e a cidade está a empenhar-se na evocação do homem que tornou possível esta mudança.

Deng Xiaoping faria amanhã 100 anos [...]. Um cartaz de propaganda mostrando o seu rosto diante dos prédios altos da cidade foi substituído por um outro ainda maior.

Shenzhen foi a primeira zona económica especial [...] criada por Deng em 1980, depois de ter herdado um país [...] arruinado por 30 anos de maoísmo.



1. Transcreva duas afirmações do documento 1 que refletem o clima de confronto bipolar no segundo pós-guerra.
2. Indique o nome da aliança militar que reforçou a «unidade da Europa ocidental» e constituiu a «expressão de uma realidade política» (documento 1, terceiro parágrafo) do segundo pós-guerra.
3. O autor do documento 1 considera «ultrapassadas» as palavras «socialismo» ou «nacionalização» (sexto parágrafo), numa crítica a políticas adotadas na Europa ocidental, no segundo pós-guerra, no âmbito
 - (A) da democracia popular.
 - (B) do corporativismo.
 - (C) do neoliberalismo.
 - (D) da social-democracia.
4. Ordene cronologicamente os seguintes acontecimentos da História europeia e mundial, relativos às décadas de 1940 a 1990. Escreva, na folha de respostas, a sequência correta de letras.
 - (A) Construção do muro de Berlim.
 - (B) Tomada de posse de Margaret Thatcher como primeira-ministra britânica.
 - (C) Discurso de Winston Churchill denunciando a divisão da Europa por uma «cortina de ferro».
 - (D) Transferência da soberania de Macau para a República Popular da China.
 - (E) Início da Guerra da Coreia.
5. Desenvolva, a partir dos documentos de 1 a 4, o seguinte tema:

Realizações das economias mundiais, do segundo pós-guerra à viragem para o século XXI.

A sua resposta deve abordar, pela ordem que entender, três aspetos de cada um dos seguintes tópicos:

 - os «Trinta Gloriosos» anos de prosperidade na Europa ocidental;
 - fatores favoráveis ao desenvolvimento económico dos países da Ásia-Pacífico;
 - especificidades do modelo económico da República Popular da China, a partir da década de 1980.

Identificação das fontes

Doc. 1 – www.britishpoliticalspeech.org/speech-archive.htm?speech=105 (consultado em 30/11/2016) (adaptado)

Doc. 2 – databank.worldbank.org/data/ (consultado em 30/11/2016) (adaptado)

Doc. 3 – www.grips.ac.jp/forum/module/prsp/FGeese.htm (consultado em 05/12/2016) (adaptado)

Doc. 4 – www.telegraph.co.uk/news/worldnews/asia/china/1469883/Rich-legacy-of-Dengs-economic-miracle.html (consultado em 06/12/2016) (adaptado)

FIM

COTAÇÕES

Grupo	Item					
	Cotação (em pontos)					
I	1.	2.	3.	4.		
	5	5	5	5		20
II	1.	2.	3.			
	5	20	25			50
III	1.	2.	3.	4.		
	5	25	20	5		55
IV	1.	2.	3.	4.	5.	
	10	5	5	5	50	75
TOTAL						200

Prova 623
1.ª Fase
VERSÃO 1

Exame Final Nacional de História A

Prova 623 | 1.ª Fase | Ensino Secundário | 2017

12.º Ano de Escolaridade

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho

Critérios de Classificação

14 Páginas

VERSÃO DE TRABALHO

CRITÉRIOS GERAIS DE CLASSIFICAÇÃO

A classificação a atribuir a cada resposta resulta da aplicação dos critérios gerais e dos critérios específicos apresentados para cada item e é expressa por um número inteiro.

A ausência de indicação inequívoca da versão da prova implica a classificação com zero pontos das respostas aos itens de seleção.

As respostas ilegíveis ou que não possam ser claramente identificadas são classificadas com zero pontos.

Em caso de omissão ou de engano na identificação de uma resposta, esta pode ser classificada se for possível identificar inequivocamente o item a que diz respeito.

Se for apresentada mais do que uma resposta ao mesmo item, só é classificada a resposta que surgir em primeiro lugar.

Itens de seleção

Nos itens de seleção, a cotação do item só é atribuída às respostas integralmente corretas e completas. Todas as outras respostas são classificadas com zero pontos.

Nas respostas aos itens de seleção, a transcrição do texto da opção escolhida é considerada equivalente à indicação da letra ou do número correspondente.

Itens de construção

Nos itens de resposta curta são atribuídas pontuações às respostas total ou parcialmente corretas, de acordo com os critérios específicos.

A classificação das respostas aos itens de resposta restrita e de resposta extensa que envolvam a produção de um texto tem em conta os tópicos de resposta apresentados, a organização dos conteúdos, a utilização da terminologia específica da disciplina e a integração da informação contida nos documentos.

Nos itens de resposta restrita e de resposta extensa, os critérios de classificação apresentam-se organizados por níveis de desempenho. A cada nível de desempenho corresponde uma dada pontuação. Se permanecerem dúvidas quanto ao nível a atribuir, deve optar-se pelo nível mais elevado de entre os dois tidos em consideração. Qualquer resposta que não atinja o nível 1 de desempenho é classificada com zero pontos.

A classificação das respostas aos itens cujos critérios se apresentam organizados por níveis de desempenho resulta da pontuação do nível de desempenho em que forem enquadradas e da aplicação dos critérios de desvalorização definidos para situações específicas.

As respostas que não apresentem exatamente os mesmos termos ou expressões constantes dos critérios específicos são classificadas em igualdade de circunstâncias com aquelas que os apresentem, desde que o seu conteúdo seja cientificamente válido, adequado ao solicitado e enquadrado pelos documentos curriculares de referência.

Caso as respostas contenham elementos contraditórios, apenas são considerados para efeito de classificação os aspetos que não apresentem esses elementos.

As respostas aos itens de resposta restrita que apresentem erros científicos graves, como, por exemplo, a total descontextualização do tempo histórico, são classificadas com zero pontos.

Nas respostas ao item de resposta extensa que apresentem erros científicos graves, como, por exemplo, a total descontextualização do tempo histórico, os tópicos de referência aos quais esses erros estejam associados não são considerados para efeito de classificação.

Relativamente à integração da informação contida nos documentos, nas respostas aos itens de resposta restrita, estão previstos os critérios de desvalorização a seguir descritos:

- nos itens de resposta restrita que contêm a expressão «presentes em», «refletidos em» ou outra equivalente, as respostas que não integrem qualquer informação contida nos documentos são classificadas com zero pontos;
- nos itens de resposta restrita que contêm a expressão «a partir de», as respostas que não integrem, pelo menos, um aspeto relacionado com a informação contida nos documentos são classificadas com a pontuação correspondente ao nível de desempenho imediatamente abaixo do nível em que as respostas seriam enquadradas.

Nos itens de resposta restrita, a classificação a atribuir traduz a avaliação do desempenho no domínio específico da disciplina e no domínio da comunicação escrita em língua portuguesa, realizando-se esta última de acordo com os níveis a seguir descritos.

Níveis	Descritores
3	O discurso é globalmente claro e correto, podendo apresentar falhas pontuais.
2	O discurso apresenta incorreções que, contudo, não comprometem a sua clareza.
1	O discurso apresenta incorreções que comprometem parcialmente a sua clareza.

No caso de a resposta não atingir o nível 1 de desempenho no domínio específico da disciplina, não é classificado o desempenho no domínio da comunicação escrita em língua portuguesa.

No item de resposta extensa, os critérios de classificação apresentam-se organizados de acordo com os seguintes parâmetros: (A) Conteúdo científico, (B) Integração dos documentos, (C) Organização e comunicação. Cada parâmetro encontra-se organizado por níveis de desempenho. A cada nível de desempenho corresponde uma dada pontuação. Se não for atingido o nível 1 de desempenho, o parâmetro é classificado com zero pontos. Qualquer resposta que não atinja o nível 1 de desempenho no parâmetro (A) Conteúdo científico é classificada com zero pontos nos restantes parâmetros. A desvalorização relativa à não integração de informação contida nos documentos está contemplada na aplicação dos níveis de desempenho previstos no parâmetro (B) Integração dos documentos. A classificação a atribuir à resposta resulta do somatório da pontuação dada em cada parâmetro.

CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DE CLASSIFICAÇÃO

GRUPO I

ITENS	VERSÃO 1	VERSÃO 2	PONTUAÇÃO
1.	(D)	(C)	5
2.	(B)	(A)	5
3.	(D)	(C)	5
4.	(C)	(B)	5

GRUPO II

1. Versão 1 – (C); Versão 2 – (D) 5 pontos

2. 20 pontos

Tópicos de resposta:

- divisão em três ordens (OU estados): clero, nobreza e terceiro estado (OU povo) OU estrutura social fortemente hierarquizada (OU com forte estratificação) em «diferentes estados e ordens» (doc.);
- pirâmide social dominada pela figura real (OU papel do rei como garante da ordem social estabelecida): «não soam outras razões que não sejam as que vêm de Sua Majestade, ouvidas por todos com reverência» (OU «o mesmo senhor só determina o que é mais útil aos seus vassalos» OU «a todos ama e ampara como a filhos») (doc.);
- posição social determinada pelo nascimento (OU que conferia aos seus membros um determinado estatuto jurídico): referência aos «diferentes estados e ordens de porte superior» (OU à «opulência dos vassalos») e ao «povo miúdo» (doc.);
- reduzida mobilidade social OU obrigatoriedade de cada indivíduo permanecer na sua ordem de origem;
- afirmação do clero como ordem privilegiada, isenta do pagamento de impostos à Coroa (OU detentora de grandes propriedades OU com papel relevante nas instituições de ensino) OU heterogeneidade do clero: alto clero e baixo clero (OU clero regular e clero secular);
- estatuto privilegiado da nobreza ligada à exploração fundiária (OU ao exercício dos cargos superiores na administração) OU heterogeneidade da nobreza: nobreza de espada e nobreza de toga (OU outro exemplo);
- afirmação de uma nobreza mercantilizada (OU do cavaleiro-mercador);
- dificuldades na afirmação da burguesia enquanto grupo social dinâmico;
- condição do povo como ordem não privilegiada, a que pertencia a maioria da população OU divisão do terceiro estado em grupos diferenciados pela função que desempenhavam (OU pelo poder económico que possuíam): referência aos «mercadores» (OU aos «artífices» OU ao «povo miúdo») (doc.);
- afirmação, na época pombalina, da burguesia ligada à atividade mercantil (OU à atividade manufatureira): «Tudo [...] são produtos das manufaturas das lojas dos mercadores nacionais e dos trabalhos de artífices portugueses» (doc.) OU ascensão social de membros da burguesia através da «Aula do Comércio» (doc.) (OU de outro fator).

Níveis	Níveis de desempenho no domínio da comunicação escrita em língua portuguesa	1	2	3
	Descritores de desempenho no domínio específico da disciplina			
5	Refere três das características da sociedade portuguesa do Antigo Regime, com: • organização coerente dos conteúdos; • utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida no documento.	18	19	20
4	Refere três das características da sociedade portuguesa do Antigo Regime, com falhas em, pelo menos, um dos seguintes parâmetros: • organização coerente dos conteúdos; • utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida no documento.	14	15	16
3	Refere duas das características da sociedade portuguesa do Antigo Regime, com: • organização coerente dos conteúdos; • utilização adequada da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida no documento.	10	11	12
2	Refere duas das características da sociedade portuguesa do Antigo Regime, com falhas em, pelo menos, um dos seguintes parâmetros: • organização coerente dos conteúdos; • utilização adequada da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida no documento. OU Refere uma das características da sociedade portuguesa do Antigo Regime, com: • utilização adequada da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida no documento.	6	7	8
1	Refere uma das características da sociedade portuguesa do Antigo Regime, com falhas em, pelo menos, um dos seguintes parâmetros: • utilização adequada da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida no documento.	2	3	4

3. 25 pontos

Tópicos de resposta:

- preocupação em resolver a situação de crise económica (OU a desorganização da máquina governativa), no início do reinado de D. José, para poder reparar «as ruínas em que achou os seus reinos» (doc.);
- elaboração de um programa de dirigismo económico (OU de características mercantilistas), para o fortalecimento da economia nacional: «Em todo o Portugal e seus domínios não soam outras razões que não sejam as que vêm de Sua Majestade» (OU «para a prosperidade do reino» contribuiu «a execução das suas iluminadas ordens») (doc.);
- desenvolvimento de uma política de fomento industrial, revalorizando o sector das manufaturas (OU concedendo privilégios às manufaturas): «Tudo quanto se tem visto nas ruas, nas praças e nas janelas de Lisboa são produtos das manufaturas [...] e dos trabalhos de artífices portugueses» (doc.);
- diminuição das importações, nomeadamente de artigos de luxo, apostando em manufaturas de ramos diversos: «a profusão de joias, baixelas, vestidos, carruagens, mesas» (OU «Tudo quanto se tem visto nas ruas, nas praças e nas janelas de Lisboa são produtos das manufaturas [...] e dos trabalhos de artífices portugueses») (doc.);
- fomento comercial, assente na criação da Junta do Comércio (OU das companhias monopolistas): «o grande número de milhões que em si contém o comércio interno» (OU «muitos milhões que têm entrado em Portugal» OU «Sua Majestade tem feito o seu comércio externo mais feliz e opulento») (doc.);

- redução significativa do défice, no contexto do desenvolvimento económico nacional, levando a que «Portugal, em tão poucos anos, tivesse acumulado tantas riquezas» (doc.);
- valorização do comércio através do apoio à formação de uma elite empresarial burguesa, capacitando-a para as suas funções: «em nenhuma outra nação da Europa se ensinou até agora o comércio numa escola magnífica, de que saem trezentos negociantes peritos e hábeis no fim de cada triénio» (doc.) (OU elevando o estatuto da burguesia através da nobilitação OU outro exemplo: «corpo mercantil, que encheu de brilho a praça real do comércio e as ruas de Lisboa») (doc.);
- mobilização de recursos para a reconstrução de Lisboa, após o terramoto de 1755: «A opulência dos vassalos [comprova-se] com os muitos milhões que valem os edifícios públicos e particulares de Lisboa, levantados sobre as ruínas do terramoto» (doc.).

Níveis	Níveis de desempenho no domínio da comunicação escrita em língua portuguesa	1	2	3
	Descritores de desempenho no domínio específico da disciplina			
5	Explicita três das opções da política económica do Marquês de Pombal, com: • organização coerente dos conteúdos; • utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida no documento.	23	24	25
4	Explicita três das opções da política económica do Marquês de Pombal, com falhas em, pelo menos, um dos seguintes parâmetros: • organização coerente dos conteúdos; • utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida no documento.	18	19	20
3	Explicita duas das opções da política económica do Marquês de Pombal, com: • organização coerente dos conteúdos; • utilização adequada da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida no documento.	13	14	15
2	Explicita duas das opções da política económica do Marquês de Pombal, com falhas em, pelo menos, um dos seguintes parâmetros: • organização coerente dos conteúdos; • utilização adequada da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida no documento. OU Explicita uma das opções da política económica do Marquês de Pombal, com: • utilização adequada da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida no documento.	8	9	10
1	Explicita uma das opções da política económica do Marquês de Pombal, com falhas em, pelo menos, um dos seguintes parâmetros: • utilização adequada da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida no documento. OU Identifica apenas opções da política económica do Marquês de Pombal. OU Não individualiza cada uma das opções da política económica do Marquês de Pombal.	3	4	5

GRUPO III

1. Versão 1 – (B); Versão 2 – (D) 5 pontos

2. 25 pontos

Tópicos de resposta:

- **[Condições de realização do plebiscito]** enquanto no **documento 1** – perspectiva do manifesto *Cidadão!* – se considera que a realização do plebiscito oferece as condições para que os portugueses expressem a sua opinião e se pronunciem sobre o rumo político a seguir («todos os portugueses [têm] o dever de se pronunciarem sobre este dilema: ou se continua no caminho traçado pela ação de Oliveira Salazar ou se deixa aberta a porta por onde a Nação regressaria [ao] passado»), no **documento 2** – perspectiva de Bernardino Machado – considera-se que as condições de realização do plebiscito não permitem uma livre opinião sobre a Constituição, porque «Ninguém terá a garantia de fiscalizar o processo eleitoral» (OU «Visa-se perpetuar com o simulacro de plebiscito o arbítrio ditatorial» OU «O medo da discussão anunciava a fraude eleitoral» OU «a ditadura convocou um plebiscito para a votação de uma nova Constituição, tendo retirado aos eleitores o direito de discutirem e a liberdade de voto» OU «Todos têm de a aprovar, inclusivamente os que não votarem» OU «Quem, pois, dignamente, sem a consciência formada, esclarecida, participará no plebiscito? E para quê?»);
- **[Sentido de voto]** enquanto no **documento 1** se manifesta concordância e se apela à votação favorável da Constituição sujeita a plebiscito («a ideia e o amor da Pátria e da unidade nacional [...] impõem-te o dever de votar a nova Constituição»), no **documento 2** expressa-se uma posição contrária ao projeto da Constituição porque «O direito de votar é o direito de votar conscientemente. Por isso, a liberdade de sufrágio envolve a liberdade de discussão, de propaganda» (OU «os que não votarem [...] serão quase todos» OU «Far-se-á o plebiscito das abstenções»);
- **[Legitimidade da abstenção]** enquanto no **documento 1** se identifica a participação no plebiscito como um dever, não se reconhecendo que no direito de voto também se incluiu o direito à abstenção («Impõe-se a todos os portugueses o dever de se pronunciarem sobre este dilema» OU «impõem-te o dever de votar a nova Constituição»), no **documento 2** defende-se que a abstenção é uma opção legítima, pois o regime retirou «aos eleitores o direito de discutirem e a liberdade de voto»;
- **[Organização dos poderes na Constituição de 1933]** enquanto no **documento 1** se faz a defesa de «um Estado forte», assente na supremacia dos poderes do governo «para que seja o árbitro, e não o escravo» (OU em que «o governo [...] só será responsável perante o chefe de Estado, legítimo e direto representante do Povo, pois é eleito por ele em sufrágio direto e universal») OU se defende que «a atividade parlamentar» se deve cingir «ao estudo dos problemas nacionais», «restituindo à função governativa a sua independência», no **documento 2** critica-se o modelo político, porque se baseia na concentração de poderes no chefe de Estado e no governo (OU porque é um regresso ao absolutismo, em detrimento do parlamentarismo): «elevar à prepotência governativa um chefe de Estado» (OU «É o regresso ao passado absolutista e ao pior dos absolutismos»);
- **[Exercício da soberania nacional na Constituição]** enquanto no **documento 1** se promove «o culto da soberania nacional exercida por um Estado forte», que garante o «amor da Pátria e da unidade nacional», no **documento 2** considera-se que o Estado Novo tenciona «suprimir a soberania nacional», que se deveria expressar no «veredito geral do eleitorado»;
- **[Direitos e deveres individuais]** enquanto no **documento 1** se defende que a nova Constituição garante a supremacia do interesse nacional face aos direitos individuais e que, por isso, o cidadão tem «o dever de votar a nova Constituição» OU que o reconhecimento de direitos implica também o cumprimento de obrigações por parte dos cidadãos («os cidadãos portugueses [...] serão considerados como chefes de família e como produtores, igualmente respeitáveis nos seus direitos e igualmente obrigados a contribuir para a conservação e o progresso do património nacional»), no **documento 2** defende-se a primazia dos direitos individuais (OU dos valores do liberalismo), e, por isso, advoga-se que «O direito de votar é o direito de votar conscientemente» (OU questiona-se «Quem, pois, dignamente, sem a consciência formada, esclarecida, participará no plebiscito? E para quê?» OU defende-se que «a liberdade de sufrágio envolve a liberdade de discussão, de propaganda»);
- **[Posição face à ditadura]** enquanto no **documento 1** se louva a ação da ditadura, com a sua «obra indiscutível que restituiu a todos os portugueses o orgulho de o serem», no **documento 2** condena-se o regime «que usurpou o poder» (OU que promove a «perseguição» OU que tem um «monstruoso cadastro [...]: violência política, ruína económica e fanatismo religioso»).

Níveis	Níveis de desempenho no domínio da comunicação escrita em língua portuguesa	1	2	3
	Descritores de desempenho no domínio específico da disciplina			
5	Compara as duas perspetivas político-ideológicas no âmbito do plebiscito da Constituição de 1933 quanto a três aspetos em que se opõem, com: • organização coerente dos conteúdos; • utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida nos documentos.	23	24	25
4	Compara as duas perspetivas político-ideológicas no âmbito do plebiscito da Constituição de 1933 quanto a três aspetos em que se opõem, com falhas em, pelo menos, um dos seguintes parâmetros: • organização coerente dos conteúdos; • utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida nos documentos.	18	19	20
3	Compara as duas perspetivas político-ideológicas no âmbito do plebiscito da Constituição de 1933 quanto a dois aspetos em que se opõem, com: • organização coerente dos conteúdos; • utilização adequada da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida nos documentos.	13	14	15
2	Compara as duas perspetivas político-ideológicas no âmbito do plebiscito da Constituição de 1933 quanto a dois aspetos em que se opõem, com falhas em, pelo menos, um dos seguintes parâmetros: • organização coerente dos conteúdos; • utilização adequada da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida nos documentos. OU Compara as duas perspetivas político-ideológicas no âmbito do plebiscito da Constituição de 1933 quanto a um aspeto em que se opõem, com: • utilização adequada da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida nos documentos.	8	9	10
1	Compara as duas perspetivas político-ideológicas no âmbito do plebiscito da Constituição de 1933 quanto a um aspeto em que se opõem, com falhas em, pelo menos, um dos seguintes parâmetros: • utilização adequada da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida nos documentos. OU Identifica apenas aspetos das duas perspetivas político-ideológicas no âmbito do plebiscito da Constituição de 1933, mas não estabelece uma comparação explícita.	3	4	5

Tópicos de resposta:

- supressão das liberdades individuais: «suprimir toda a liberdade» (OU passagem «da ditadura de facto para a ditadura de direito» OU afirmação da «Constituição da autoridade sem a liberdade») (doc. 2);
- perseguição (OU prisão OU deportação) de opositores: «não há perseguição que a ditadura não tenha movido contra os democratas» (doc. 2);
- criação do campo de concentração do Tarrafal;
- criação de uma polícia política (OU da PVDE OU da PIDE), que exercia «violência política» sobre os opositores (doc. 2);
- imposição da censura prévia OU controlo da imprensa (OU da rádio OU do teatro OU do cinema);
- proibição dos partidos políticos (OU formação da União Nacional como partido único do regime);
- criação da Legião Portuguesa enquanto milícia do regime (OU para imposição da nova ordem política);
- dissolução dos sindicatos livres OU proibição do exercício do direito à greve (OU da realização de manifestações de oposição ao regime);
- manipulação dos atos eleitorais (OU ausência de eleições verdadeiramente livres): «O medo da discussão anunciava a fraude eleitoral» (doc. 2).

Níveis	Níveis de desempenho no domínio da comunicação escrita em língua portuguesa			
	Descritores de desempenho no domínio específico da disciplina	1	2	3
5	Refere três das medidas que evidenciavam o carácter repressivo do regime salazarista, com: • organização coerente dos conteúdos; • utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida no documento.	18	19	20
4	Refere três das medidas que evidenciavam o carácter repressivo do regime salazarista, com falhas em, pelo menos, um dos seguintes parâmetros: • organização coerente dos conteúdos; • utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida no documento.	14	15	16
3	Refere duas das medidas que evidenciavam o carácter repressivo do regime salazarista, com: • organização coerente dos conteúdos; • utilização adequada da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida no documento.	10	11	12
2	Refere duas das medidas que evidenciavam o carácter repressivo do regime salazarista, com falhas em, pelo menos, um dos seguintes parâmetros: • organização coerente dos conteúdos; • utilização adequada da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida no documento. OU Refere uma das medidas que evidenciavam o carácter repressivo do regime salazarista, com: • utilização adequada da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida no documento.	6	7	8
1	Refere uma das medidas que evidenciavam o carácter repressivo do regime salazarista, com falhas em, pelo menos, um dos seguintes parâmetros: • utilização adequada da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida no documento.	2	3	4

4. 5 pontos

Versão 1: (a) → (4) (b) → (3) (c) → (1)

Versão 2: (a) → (5) (b) → (1) (c) → (2)

GRUPO IV

1. 10 pontos

Afirmações:

- «as tensões internacionais na Europa e no Extremo Oriente são menos acentuadas»;
- «isso não significa que as grandes potências mundiais tenham alterado os seus objetivos»;
- «Quanto à unidade da Europa ocidental, que se aprofundou e se materializou em comércio e em tratados, é a expressão de uma realidade política»;
- «O nosso primeiro objetivo deverá ser o de reduzirmos a tensão»;
- «a segurança europeia não poderá nunca basear-se na divisão da Alemanha por tempo indefinido»;
- «não haverá cortes de despesa na área do nuclear ou na formação da mão de obra científica especializada».

Níveis	Descritores de desempenho	Pontuação
3	Transcreve duas afirmações corretas, respeitando as regras de transcrição.	10
2	Transcreve duas afirmações corretas com erros de transcrição OU transcreve uma afirmação correta sem erros de transcrição e outra afirmação correta com erros de transcrição OU transcreve uma afirmação correta, respeitando as regras de transcrição.	6
1	Transcreve uma afirmação correta com erros de transcrição.	3

2. 5 pontos

OTAN OU NATO OU Aliança Atlântica.

3. Versão 1 – (D); Versão 2 – (B) 5 pontos

4. 5 pontos

Versão 1: (C); (E); (A); (B); (D)

Versão 2: (E); (C); (B); (D); (A)

Tópicos de resposta:**Os «Trinta Gloriosos» anos de prosperidade na Europa ocidental**

- superação dos «problemas económicos» (doc. 1) com o apoio de recursos disponibilizados pelo Plano Marshall OU reconstrução das economias no segundo pós-guerra, sob a égide da OECE;
- desenvolvimentos na área da investigação científica (OU da educação), favorecidos pelos grandes investimentos («não haverá cortes de despesa [...] na formação da mão de obra científica especializada» – doc. 1) OU crescente qualificação da mão de obra, graças aos progressos da formação;
- modernização da agricultura, graças ao crescimento dos investimentos (OU à generalização de inovações tecnológicas);
- desenvolvimento da indústria associada ao progresso tecnológico, com reflexos na produtividade (OU na qualidade de vida das populações) OU diversificação de sectores e aumento da produtividade industrial («A indústria britânica tem desenvolvido um trabalho notável, e trabalhadores e empresários são dignos do nosso apreço pelo aumento de produção que alcançaram» – doc. 1);
- expansão do sector terciário assente no crescimento do comércio: «acabei de receber os dados provisórios de setembro relativos ao comércio, e os resultados são encorajadores» – doc. 1 – OU exemplo da França em 1960 e 1970, quanto ao valor das mercadorias exportadas (doc. 2) (OU assente no crescimento dos serviços sociais prestados pelo Estado);
- forte contributo para o aumento do volume do comércio mundial (doc. 2) liberalizado OU incremento das trocas internacionais com países exportadores de produtos a baixo preço (doc. 3);
- desenvolvimento da economia capitalista associado à expansão de concentrações empresariais;
- acumulação de capitais, devido ao grande crescimento dos vários sectores económicos (OU aos baixos custos de produção OU ao recurso ao petróleo barato como fonte energética);
- aprofundamento dos laços de cooperação entre países do mundo capitalista, no seio de organizações como o BIRD (OU o FMI OU o GATT OU o BENELUX OU a CEE OU outro exemplo);
- aumento da população ativa («É verdade que a empregabilidade nunca foi tão elevada» – doc. 1), graças ao crescimento demográfico (OU à maior participação da mulher no mercado de trabalho OU ao aumento da mão de obra imigrada);
- desenvolvimento da sociedade de consumo, em articulação com o crescimento demográfico (OU com a expansão da publicidade e das vendas a crédito OU com o aumento e a diversificação da produção);
- forte crescimento do PIB e melhoria da qualidade de vida OU generalização do conforto material da população («a prosperidade nunca foi tão generalizada» – doc. 1);
- participação na corrida armamentista («não haverá cortes de despesa na área do nuclear» – doc. 1), no quadro do confronto bipolar (OU com vista à dissuasão de um conflito nuclear);
- adoção de políticas sociais no Estado-Providência, promotoras da distribuição mais equitativa da riqueza.

Fatores favoráveis ao desenvolvimento económico dos países da Ásia-Pacífico

- apoio dos EUA ao Japão, no segundo pós-guerra, com vista à reconstrução do país;
- adoção de políticas protecionistas, com a concessão de incentivos às empresas nacionais (OU às exportações);
- valorização da austeridade (OU da poupança), com reinvestimento produtivo de capitais;
- existência de uma mão de obra abundante e disciplinada, sujeita a longos horários de trabalho (OU a baixos salários);
- capacidade de produção, em massa e a baixos custos, de têxteis (OU de «vestuário» OU de bens de consumo corrente) (doc. 3);
- investimento dos capitais acumulados em sectores de ponta, como as novas tecnologias (OU a «TV alta definição» – doc. 3) (OU outro exemplo);
- estímulos à exportação (doc. 2) para os mercados ocidentais de bens de consumo corrente (OU, numa fase posterior, de produtos de tecnologia avançada – doc. 3);
- adoção do modelo económico japonês por outros países asiáticos, nomeadamente os «NPI» e os países da «ASEAN» (doc. 3);

- desenvolvimento de organizações inter-regionais (OU da ASEAN – doc. 3 – OU outro exemplo), com vista à integração económica (OU à criação de um mercado unificado);
- complementaridade entre os NPI, que exportavam bens manufacturados (OU tecnologia) para os países do Sudeste asiático, obtendo, em troca, produtos primários OU estreita cooperação regional que possibilitou aos NPI fazerem face à escassez de recursos energéticos (OU de terra arável) OU que possibilitou a emergência de uma segunda geração de países asiáticos industrializados (doc. 3);
- redução da dependência face às economias ocidentais com o fortalecimento das relações comerciais entre países asiáticos;
- integração nos circuitos económico-financeiros mundiais, como o GATT (OU o FMI, ou a OMC OU outro exemplo), promovendo a liberalização das trocas (OU do movimento de capitais);
- captação de capitais estrangeiros para projetos de investimento (OU para a instalação de multinacionais);
- crescente investimento em projetos de educação (OU de formação), com vista à melhoria das qualificações da população.

Especificidades do modelo económico da República Popular da China, a partir da década de 1980

- rutura com o modelo de desenvolvimento coletivista e autárquico da era maoísta OU adoção de medidas para superar a situação de um país «arruinado por 30 anos de maoísmo» (doc. 4);
- abertura à economia de mercado iniciada na era de Deng Xiaoping («homem que tornou possível esta mudança» – doc. 4) OU adoção da política de «*um país, dois sistemas*» (OU do socialismo de mercado), com a conciliação entre o regime comunista e as práticas capitalistas;
- criação de Zonas Económicas Especiais («Shenzhen foi a primeira zona económica especial [...] criada por Deng em 1980» – doc. 4), em articulação com a promoção do comércio externo (doc. 2) (OU com a abertura ao capital estrangeiro OU com a abertura à instalação de empresas multinacionais OU com a aprovação de legislação favorável aos negócios);
- rápida modernização industrial, com substituição da prioridade atribuída à indústria pesada em favor dos produtos de consumo (OU do desenvolvimento da tecnologia) (doc. 3);
- crescimento notável do volume do comércio (por exemplo, entre os anos de 1980 e de 2000 – doc. 2), assente na venda de bens de consumo a baixo preço nos mercados internacionais;
- descoletivização de terras, entregues em regime de arrendamento aos camponeses OU dinamização do mercado interno através da comercialização livre de excedentes;
- forte crescimento das cidades («Hoje, três décadas mais tarde, [...] há uma fervilhante rede de estradas, torres de apartamentos e arranha-céus de vidro» – doc. 4), que atraem uma mão de obra abundante e barata OU desenvolvimento urbano, com a instalação de lojas de marca de prestígio mundial (OU com a captação de sucursais de multinacionais);
- criação da região administrativa especial de Hong Kong, com um desenvolvimento estimulado pela participação no comércio internacional OU criação da região administrativa especial de Macau, com um forte crescimento económico assente no jogo (OU no turismo OU outro exemplo);
- abertura da R. P. China aos circuitos económicos inter-regionais, contribuindo para o dinamismo da APEC (OU integrando circuitos económico-financeiros mundiais, com a adesão ao FMI OU outro exemplo).

A classificação final da resposta resulta da soma das pontuações atribuídas em cada um dos parâmetros seguintes.

A – Conteúdo científico 30 pontos
 B – Integração dos documentos 13 pontos
 C – Organização e comunicação 7 pontos

Parâmetros	Níveis	Descritores de desempenho	Pontuação
A Conteúdo científico	5	Desenvolve o tema proposto, abordando de forma completa e adequada 9 ou 8 aspetos, no conjunto dos três tópicos de orientação. Utiliza a terminologia específica da disciplina de forma adequada e sistemática.	30
	4	Desenvolve o tema proposto, abordando de forma completa e adequada 7 ou 6 aspetos, no conjunto dos três tópicos de orientação. Utiliza a terminologia específica da disciplina de forma adequada e sistemática. OU Desenvolve o tema proposto, abordando de forma completa e adequada 5 ou 4 aspetos e abordando de forma incompleta ou com pequenas imprecisões outros 3 ou 2 aspetos, no conjunto dos três tópicos de orientação. Utiliza a terminologia específica da disciplina de forma adequada e sistemática.	23
	3	Desenvolve o tema proposto, abordando de forma completa e adequada 5 ou 4 aspetos de, pelo menos, dois tópicos de orientação. Utiliza a terminologia específica da disciplina de forma adequada, podendo apresentar algumas imprecisões. OU Desenvolve o tema proposto, abordando de forma completa e adequada 3 ou 2 aspetos e abordando de forma incompleta ou com pequenas imprecisões outros 4 ou 3 aspetos de, pelo menos, dois tópicos de orientação. Utiliza a terminologia específica da disciplina de forma adequada, podendo apresentar algumas imprecisões.	16
	2	Desenvolve o tema proposto, abordando de forma completa e adequada 3 ou 2 aspetos de, pelo menos, dois tópicos de orientação. Utiliza a terminologia específica da disciplina de forma adequada, podendo apresentar algumas imprecisões. OU Desenvolve o tema proposto, abordando de forma completa e adequada 1 aspeto e abordando de forma incompleta ou com pequenas imprecisões outros 4 a 2 aspetos de, pelo menos, dois tópicos de orientação. Utiliza a terminologia específica da disciplina de forma adequada, podendo apresentar algumas imprecisões.	10
	1	Aborda de forma completa e adequada 1 aspeto de um dos tópicos de orientação do tema proposto. Utiliza a terminologia específica da disciplina com imprecisões. OU Apresenta de forma incompleta ou com pequenas imprecisões 3 ou 2 aspetos dos tópicos de orientação do tema proposto. Utiliza a terminologia específica da disciplina com imprecisões. OU Refere aspetos relacionados com o tema proposto, mas sem individualização e sem explicação. Utiliza a terminologia específica da disciplina com imprecisões.	4

(Continua na página seguinte)

(Continuação)

Parâmetros	Níveis	Descritores de desempenho	Pontuação
B Integração dos documentos	4	Integra de forma pertinente a informação contida nos quatro documentos, podendo mobilizar de forma incompleta a informação de um desses quatro documentos.	13
	3	Integra de forma pertinente a informação contida em três dos documentos, podendo mobilizar de forma incompleta a informação de um desses três documentos.	10
	2	Integra de forma pertinente a informação contida em dois dos documentos, podendo mobilizar de forma incompleta a informação de um desses dois documentos.	7
	1	Integra de forma pertinente apenas a informação contida num documento.	3
C Organização e comunicação	3	Articula os conteúdos científicos de forma lógica, utilizando um discurso globalmente claro e correto, que pode, contudo, apresentar falhas pontuais.	7
	2	Articula os conteúdos científicos de forma lógica, utilizando um discurso com incorreções que, contudo, não comprometem a sua clareza. OU Articula os conteúdos científicos com imprecisões que não afetam a lógica interna e utiliza um discurso globalmente claro, podendo apresentar algumas incorreções.	4
	1	Articula os conteúdos científicos com imprecisões que afetam parcialmente a lógica interna, utilizando um discurso com incorreções que comprometem parcialmente a sua clareza.	2

COTAÇÕES

Grupo	Item					
	Cotação (em pontos)					
I	1.	2.	3.	4.		
	5	5	5	5		20
II	1.	2.	3.			
	5	20	25			50
III	1.	2.	3.	4.		
	5	25	20	5		55
IV	1.	2.	3.	4.	5.	
	10	5	5	5	50	75
TOTAL						200